

A demonização do FMI

Em duas entrevistas essencialmente idênticas, publicadas domingo pelos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, o senador Antonio Carlos Magalhães voltou a criticar com grande veemência as metas que teriam sido estipuladas pelo FMI para assinar o novo acordo de ajuda ao País. De forma indireta, criticou também o governo, que estaria aceitando a interferência da instituição no modo escolhido para atingir as metas, com “cortes de gastos até do Comunidade Solidária, da cesta básica”. O Senado, disse, poderá vetar qualquer cláusula “lesiva aos interesses nacionais, sobretudo às camadas mais populares”. E escalou: “Não podemos garrotear o povo brasileiro.”

Não são inéditas as críticas do senador Antonio Carlos Magalhães à maneira como o presidente Fernando Henrique Cardoso vem governando, neste segundo mandato. Na realidade, o ciclo de críticas ao presidente que apóia se iniciou na inauguração do segundo mandato. Na cerimônia de posse do presidente Fernando Henrique Cardoso, no último dia 1.º de janeiro, o presidente do Senado quebrou o protocolo, pronunciando um discurso no qual fazia reparos ao pronunciamento que o presidente da República acabara de ler e cobrando-lhe atitudes mais firmes e ações mais decisivas para enfrentar os problemas nacionais. Foi uma admoestação construtiva, entendida por todos co-

mo um complemento àquilo que dissera o presidente da República, a quem o senador Antonio Carlos Magalhães tem aconselhado leal e patrioticamente.

Nas últimas semanas, porém, o senador Antonio Carlos Magalhães acrescentou, às críticas construtivas em relação à condução da política interna do País, críticas e advertências a respeito do acordo com o FMI que são, no mínimo, impróprias para quem ocupa posição de tanto relevo no esquema de sustentação do governo – e é, além disso, presidente do Senado – e podem dar lugar a interpretações errôneas, feitas no exterior, do que se passa no Brasil.

O senador parece não se dar conta de que sua atitude poderá ter efeitos tão deletérios para a confiabilidade do Brasil no exterior quanto os produzidos pela moratória de Itamar. Em Washington, por exemplo, como mostrou nosso correspondente Paulo Sotero em matéria publicada ontem em nosso caderno *Economia & Negócios*, fontes do Fundo Monetário e altos executivos do setor financeiro privado reagiram com desconforto e perplexidade às declarações do presidente do Senado aos jornais cariocas. Às vésperas do anúncio do novo acordo, as afirmações de Antonio Carlos Maga-



lhães podem afetar “apenas de uma forma negativa” – como resumiu o diretor de um grande banco americano de investimentos – o processo de que tanto depende o Brasil.

E o pior é que suas críticas às negociações do Brasil com o FMI se alicerçam em equívocos evidentes. Em primeiro lugar, o senador parece desconhecer o fato de que nenhum país recorre ao Fundo por alta recreação, com as contas nacionais em dia e a moeda forte. Um país recorre ao FMI pelas mesmas razões que uma pessoa se deixa internar numa UTI: porque disso depende a própria sobrevivência do paciente. Em segundo lugar, o senador desconhece, ou finge desconhecer, o fato de que o FMI fixa metas percentuais quando prescreve um ajuste fiscal, mas nunca interfere nas decisões dos governos sobre a maneira de conseguir essas metas. Não há, portanto, que se falar de perda de soberania, nem de intromissão do FMI nos negócios internos do País. O FMI não pede cortes de verbas do Programa Comunidade Solidária ou de cestas básicas para os flagelados pela seca. Apenas requer a formação de superávits primários, ficando por conta do governo a maneira de consegui-los.

Em terceiro lugar, o senador Antonio Carlos pa-

rece desconhecer a evidência de que, para países em crise cambial do tipo da brasileira, a alternativa ao recurso ao FMI é a adoção de uma “economia de guerra”, com o fechamento dos mercados e a imposição de controles sobre as atividades produtivas e os negócios – uma agressão à ordem jurídica democrática só concebível em ambiente de grave retrocesso político e institucional. Como diz o presidente designado do Banco Central, Armínio Fraga, a quem

Antonio Carlos Magalhães tanto elogia, sai menos caro recorrer ao Fundo do que dispensá-lo.

Está na hora, portanto, do senador Antonio Carlos re- frear a irritação que

lhe causam os favorecimentos de partidos rivais do PFL pelo presidente que jura apoiar e reconhecer que a retórica da interferência e da perda de soberania não soa bem na presidência do Senado Federal, mas sim diante do Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, onde estudantes queimam bandeiras americanas sob o olhar deliciado do autista político Itamar Franco. A demonização do FMI, a gosto também dos exorcistas da CNBB, er-
contribui para apressar o fim da crise br-

As críticas do presidente do Senado não ajudarão a apressar o fim da crise brasileira